

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.561.792 - SP (2019/0236113-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : TEREOS ACUCAR E ENERGIA BRASIL S.A  
**ADVOGADOS** : ROBERTO GRISI E OUTRO(S) - SP122810  
ERIKA RUIZ GRISI - SP123161  
**AGRAVADO** : ANILZA BENTO DA SILVA SANTOS  
**ADVOGADO** : ANDREI RAIA FERRANTI E OUTRO(S) - SP164113

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por TEREOS AÇUCAR E ENERGIA BRASIL S/A em face de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*"EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. Interesse de agir caracterizado. Notificação extrajudicial regular da ré, que não exibiu o documento na via administrativa. Reconhecimento do pedido. Redução dos honorários advocatícios pela metade (art. 90, §4º, do CPC). Recurso provido em parte." (fls. 166)*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados às fls. 178/183.

Nas razões do recurso especial, a agravante alega violação aos arts. 17, 85, 381, 396, 397 e 485, VI do Código de Processo Civil de 2015, sustentando, em síntese: *a)* que a agravada carece do interesse de agir, *b)* que a via eleita para o ajuizamento da demanda é inadequada, *c)* que a exibição de documentos como ação autônoma foi extinta com o novo CPC/2015, o qual permite tal expediente somente de maneira incidental, no curso de um processo, e *d)* que os honorários advocatícios são incabíveis por se tratar de procedimento de jurisdição voluntária, sem caráter contencioso.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 244/247.

É o relatório.

Cinge-se a controvérsia no interesse de agir da parte agravada, uma vez que ingressou com ação de exibição de documentos, o qual só é possível, com o advento do novo CPC/2015 em ações em curso, ou por meio de produção antecipada de provas.

Nesse passo, o Tribunal *a quo* reconheceu o interesse de agir a fim de que o processo prosseguisse sem prejuízos, nos seguintes termos:

*"Com efeito, a resistência da ré, na via extrajudicial, é suficiente para amparar o interesse da autora em ajuizar esta ação. De outra parte, embora o Código de Processo Civil de 2015 tenha abolido o procedimento cautelar autônomo para a exibição de documento ou coisa (arts. 844 e 845 do CPC/1973), subsiste a possibilidade de a parte interessada deduzir ação de obrigação de fazer ou mesmo de produção antecipada de prova.*

*Restou, desse modo, comprovada a condição da ação pela qual se afere a necessidade e a adequação da tutela jurisdicional pretendida pela autora, bem como a utilidade que desta pode ser extraída, qual seja o interesse processual.*

*Não há que se falar, portanto, em indeferimento da petição inicial." (fls. 168)*

Nesse contexto, tendo o acórdão recorrido expressamente reconhecido uma das condições da ação em favor da autora, qual seja o interesse de agir, o exame da questão demanda reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta Corte, a teor da súmula 7/STJ.

A propósito:

*PROCESSUAL CIVIL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS NÃO COMUNS ENTRE AS PARTES. NECESSIDADE PARA APURAÇÃO CORRETA DE ISS. VIA ELEITA ADEQUADA PARA BUSCAR A PRETENSÃO VEICULADA. INTERESSE DE AGIR CONFIGURADO. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.*

*1. O acórdão recorrido consignou que "não há inadequação da via eleita no ajuizamento da ação de obrigação de fazer se a pretensão é a de exhibir documento que não é comum entre as partes. Está configurado o interesse de agir da parte se não houve a exibição dos contratos e documentos solicitados, aptos a autorizar o Fisco a fiscalizar e apurar o valor correto de imposto".*

*2. In casu, o acolhimento da pretensão recursal depende de revolvimento fático-probatório, vedado pela Súmula 7/STJ.*

*3. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.*

*(REsp 1693919/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/10/2017, DJe 23/10/2017)*

*CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. REAVALIAÇÃO DO CONTRATO E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE.*

**INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.**

*1. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem interpretação de cláusula contratual ou incursão no contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.*

*2. No caso concreto, o Tribunal de origem analisou a prova dos autos para reconhecer o interesse de agir da parte recorrida. Alterar esse entendimento é inviável em recurso especial.*

*3. Agravo interno a que se nega provimento.*

*(AgInt no AREsp 1035965/SP, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 07/10/2019, DJe 14/10/2019)*

E no tocante à alínea "c" do permissivo constitucional, o dissídio jurisprudencial invocado fica necessariamente prejudicado em razão da aplicação do enunciado da Súmula 7/STJ na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução à causa a Corte de origem.

No tocante aos honorários advocatícios, cabíveis portanto a sua fixação nos termos exarados pelo acórdão guerreado.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**  
Relator